

TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL II (2022-2023)

TURMA B

PROGRAMA

REGENTE: PROF. DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

CAPÍTULO XXII

A REPRESENTAÇÃO

- 212. Origem histórica e evolução
- 213. Modalidades. As teorias da representação
- 214. Requisitos da representação
- 215. Os efeitos da representação
- 216. A procuração. Forma e outorga
- 217. Os poderes de representação
- 218. Procuração no interesse do procurador e no interesse do representado e de terceiro
- 219. A procuração e o negócio base
- 220. A substituição do procurador
- 221. A cessação da procuração
- 222. A tutela de terceiros. Representação aparente e representação tolerada
- 223. Representação sem poderes
- 224. Abuso de representação.

CAPÍTULO XXIII

O EXERCÍCIO INADMISSÍVEL DE SITUAÇÃO JURÍDICA

- 225. A doutrina do abuso de direito. O ponto de partida nos actos emulativos. A insuficiência
- 226. Coordenadas actuais do instituto O exercício inadmissível e a boa fé
- 227. A tipificação das situações de exercício inadmissível
- 228. A *exceptio doli*
- 229. O *venire contra factum proprium*
- 230. Inalegabilidades formais

- 231. *Supressio e surrectio*
- 232. *Tu quoque*
- 233. O desequilíbrio no exercício
- 234. Tendências jurisprudenciais recentes e construção dogmática do exercício inadmissível de situação jurídica

#### CAPÍTULO XXIV

##### A REPERCUSSÃO DO TEMPO NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 258. A relevância jurídica do tempo
- 259. Os prazos. Prazos civis e prazos processuais
- 260. O âmbito dos prazos civis
- 261. O cômputo do prazo. Regras civis
- 262. A prescrição. Noção e eficácia geral
- 263. Invocação e beneficiários da prescrição
- 264. Prazos de prescrição. Modalidades de prescrição
- 265. Prescrição presuntiva
- 266. Interrupção e suspensão da prescrição
- 267. Caducidade. Noção e eficácia geral
- 268. Tipos de caducidade
- 269. Decurso do prazo
- 270. Desnecessidade de invocação
- 271. Prescrição e caducidade. Confronto
- 272. *A suppressio ex bona fide*. Relevância

#### Título IV

##### Capítulo XXV

##### O NEGÓCIO JURÍDICO

AUTONOMIA PRIVADA E NEGÓCIO JURÍDICO. A LIBERDADE RECONHECIDA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO PARA QUE AS PESSOAS ORDENEM A SUA VIDA JURÍDICA, EMITINDO DECLARAÇÕES PARA PRODUÇÃO DE EFEITOS JURÍDICOS

- 1. Noção

- a. Comportamento humano declarativo dirigido à produção de efeitos jurídicos (constituição, ....)
  - i. O negócio jurídico funda-se sempre num comportamento humano
    - 1. Voluntário
    - 2. Consciente
  - ii. Declarativo (comportamento voluntário exteriorizado com um propósito de comunicação)
  - iii. Essa comunicação dirige-se à produção de efeitos jurídicos tutelados pelo Direito

## 2. Classificações

- a. Unilaterais e bilaterais ou multilaterais
- b. Formais e consensuais
- c. Pessoais e reais
- d. Reais quanto aos efeitos e quanto à constituição
- e. Típicos e atípicos
- f. Onerosos e gratuitos
- g. Inter vivos e mortis causa

## 3. Elementos

- a. A declaração negocial
- b. A vontade negocial? Rejeição

## 4. A declaração negocial

## 5. Modalidades de declaração negocial

- a. Expressa
- b. Tácita

## 6. O valor jurídico do silêncio

## 7. A forma da declaração negocial

## 8. Forma e formalidades. Distinção

## 9. Declaração electrónica. Valor e eficácia

## 10. A formação do negócio jurídico.

## 11. A *culpa in contrahendo*. O papel e a concretização

## 12. O processo de formação dos contratos

13. O processo de formação do contrato no comércio electrónico
14. Cláusulas contratuais gerais. O uso e o regime jurídico
15. O conteúdo e o objecto do negócio jurídico
16. Requisitos de validade do negócio jurídico
  - a. Possibilidade
  - b. Determinabilidade
  - c. Licidade
    - i. Fraude à lei
    - ii. Bons costumes
    - iii. Ordem pública
17. Cláusulas acessórias
  - a. A condição. Noção e regime jurídico
  - b. O termo. Noção e regime jurídico
  - c. Outras cláusulas típicas. O modo, o sinal e a cláusula penal
18. A interpretação e a integração do negócio jurídico. Critérios legais e regime jurídico
19. Vícios do negócio jurídico. Falta de vontade negocial e de declaração
  - a. Falta de consciência da declaração
  - b. Declarações não sérias
20. Falta de vontade negocial ou deficiência da mesma
  - a. A reserva mental
  - b. A incapacidade acidental
  - c. O erro-vício
21. Falta de liberdade negocial. A coacção
22. Vícios na declaração negocial
  - a. O erro na declaração (erro-obstáculo). Modalidades e regime jurídico
  - b. A simulação. Noção, requisitos, modalidades e regime jurídico
23. A ineficácia do negócio jurídico
  - a. Inexistência, invalidade e ineficácia jurídicas
  - b. Invalidade negocial. Modalidades
  - c. A anulabilidade

- d. A nulidade
- e. Invalidades mistas ou atípicas

24. O aproveitamento do negócio jurídico inválido

- a. A redução
- b. A conversão
- c. A confirmação

Bibliografia de apoio (a complementar com a indicada em TGDC I):

- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil II - Parte Geral - Negócio Jurídico, 5.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, 2021
- JOSÉ ALBERTO VIEIRA, Negócio Jurídico, Coimbra, 2006 (Há reimpressão de 2019).